

Reunião sobre a REDESIM na Secretaria de Estado da Saúde – SESA/PR

Na data do dia 23 de novembro de 2012 o Subcomitê do Comitê Estadual para a implantação da REDESIM no Paraná se reuniu com representantes do Departamento de Vigilância Sanitária (DEVS) da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná- SESA/PR, na sala de reunião do Departamento.

Estiveram presentes os representantes abaixo denominados, que assinaram a lista de presença da reunião:

1. Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR
 - a. Ardisson Naim Akel
 - b. Libertad Bogus
2. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM/PR
 - a. Mario Lessa Sobrinho
 - b. Mário Doria
3. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/PR
 - a. Júlio César Ferreira
 - b. César D. Ris'Ete
 - c. Juliana Schvenger
4. Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná – SESCOAP/PR
 - a. Sâmara Cristina dos Santos
5. Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Curitiba
 - a. Nanci de F. A. B. Araújo

Pelo Departamento de Vigilância Sanitária da SESA/PR estiveram presentes:

1. Paulo Costa Santana - Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária - DEVS
2. Jussara Serrato dos Santos – Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária de Produtos - DVVSP
3. Ana Maria Manzochi – Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária de Serviços - DVVSS
4. Gustavo Olivo Perlin – representando Marise Penteado – Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária de Alimentos – DVVSA

Inicialmente todos se apresentaram, informando o seu nome e a instituição que representam. Após isso, o Dr. Ardisson Naim Akel, presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná e membro coordenador do Subcomitê da implantação da REDESIM no Paraná abriu a reunião falando sobre a REDESIM, que tem com o objetivo de eliminar alguns procedimentos administrativos para a desburocratização do registro de empresas na Junta Comercial do Estado do Paraná, se constituindo num Sistema que fará a integração de todos órgãos públicos envolvidos em procedimentos autorizatórios para abertura de empresas no Estado, tal como ocorre em Minas Gerais com o “Minas Fácil”. Informou que essa é uma diretriz do Governo do Estado, para tanto foi instituído o Subcomitê para a implantação da REDESIM no Estado, através do Decreto 4798/12, que inclusive a Secretaria de Saúde faz parte desse Grupo. Informou que o Subcomitê vem realizando reuniões com os grupos das instituições integrantes do Subcomitê, no intuito de conhecer os procedimentos autorizatórios de cada instituição. O objetivo final é estimular a

padronização mínima entre os órgãos, estabelecendo graus de risco de atividades com base no CNAE-Fiscal. Com isso, o Subcomitê já realizou reuniões com o Grupo do Corpo de Bombeiros, o Grupo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Grupo da Prefeitura Municipal de Curitiba, e agora a reunião com o Grupo da Vigilância Sanitária Estadual.

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária, Paulo Costa Santana, informou que, em função da Lei Federal 8080/90 a Vigilância Sanitária constituiu-se uma das ações e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e que no país está organizada nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, constituindo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, criado pela Lei 9782/99 e coordenado pela Anvisa. Informou que, seguindo as diretrizes do SUS, no Paraná as ações e serviços de vigilância sanitária estão descentralizadas para os municípios do Paraná nos três níveis de complexidade: baixa, média e alta, sendo que apenas 15 municípios do Estado não pactuaram as ações de média e alta complexidade. Quanto à Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, cabe o papel de apoio complementar às ações dos municípios, mas também à coordenação, definição de diretrizes e regulação sanitária, em que a SESA/PR tem um importante papel de articulação com os municípios para a implantação e implementação de estratégias que visem a efetivação e fortalecimento das ações de vigilância sanitária no Estado, contudo essas estratégias são pactuadas com os municípios na Comissão Intergestores Bipartite, que é um fórum de negociação e pactuação das ações e serviços no âmbito do SUS e que reúne representantes dos gestores das secretarias municipais de saúde e dos gestores da SESA/PR.

No que se propõe a REDESIM para atender as micro e pequenas empresas, Paulo Santana pondera que esse nível de atividade está na competência dos municípios, em que a Vigilância Sanitária Estadual terá pouca operacionalidade na execução da REDESIM, mas acrescenta que a SESA/PR tem um papel fundamental para a implantação da REDESIM nos municípios, em função do seu papel de coordenação e articulação e pactuação das ações na CIB-PR, conforme anteriormente esclarecido. Referente à proposta de definição de níveis de complexidade das atividades, Paulo informa que nos municípios de Curitiba e Maringá já foi estabelecida essa lógica, em que as exigências para liberação de Alvará de Localização, projeto arquitetônico e licenciamento, inclusive dos prazos, está estabelecido de acordo com o grau de risco da atividade e classificada de acordo com o CNAE-Fiscal. Nesse sentido, a Vigilância Sanitária Estadual já trabalha numa proposta de unificar e padronizar os procedimentos regulatórios em todos os municípios do Estado, para tanto já consta na Agenda Regulatória do Departamento de Vigilância Sanitária duas Resoluções: a) Critérios para Exigência e Periodicidade de Licença Sanitária de Estabelecimentos de Interesse à Saúde, de Acordo com o Ramo de Atividade, Complexidade e Grau de Risco Sanitária; b) Critérios para Exigência de Aprovação de Projetos Arquitetônicos de Estabelecimentos de Interesse à Saúde, de Acordo com o Ramo de Atividade, Complexidade e Grau de Risco Sanitário. A Agenda Regulatória foi aprovada na CIB-PR., Paulo Santana se comprometeu a iniciar a discussão das propostas de padronização de procedimentos autorizatórios de vigilância sanitária no Estado – Licença Sanitária e Aprovação de Projetos Arquitetônicos, pautando esse assunto na primeira reunião do ano de 2013 do Grupo de Trabalho de Vigilância e Promoção da Saúde da Comissão Intergestores Bipartite e convidou membros do Comitê da REDESIM para participar dessa Reunião, fazendo uma fala sobre a REDESIM.

Paulo Santana ponderou que muitos estabelecimentos sob vigilância sanitária não dependem apenas do licenciamento emitidos pelas equipes de vigilâncias sanitárias municipais para o seu funcionamento. Empresas do ramo de fabricação, distribuição e até

mesmo do comércio varejista de produtos dependem também de documentos autorizatórios expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tais como registro de produtos, concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas e Certificação de Boas Práticas de Fabricação, Importação e Distribuição e que o principal entrave para as empresas é o processo burocrático e a demora para a emissão desses documentos, uma vez que se concentra tudo na Anvisa, que tem poucos técnicos para atender o País inteiro. Outro ponto a considerar refere-se à legislação sanitária vigente, tais como Leis, Decretos e Resoluções emitidas pela Anvisa, cujas exigências não distingue o porte da empresa, as quais, principalmente para o ramo de fabricação de produtos, são exequíveis apenas para empresas de grande porte. Nesse sentido, Paulo Santana salientou que é preciso uma articulação em nível federal para viabilizar o funcionamento de micro e pequenas empresas que exercem atividades de interesse da vigilância sanitária.

Por fim, Paulo Santana colocou que em muitos casos a emissão da Licença Sanitária é vinculada à autorizações prévias de outros órgãos, tais como Alvará de Localização (não é padrão em todos os municípios), Licenciamento Ambiental, Licenciamento do Corpo de Bombeiros e Certificações de Responsabilidade Técnicas emitidas por Conselhos de Profissão (farmácia, medicina, enfermagem, etc...). Paulo se comprometeu a enviar posteriormente para o Grupo uma planilha simplificada com os ramos de atividade e os documentos autorizatórios de vigilância sanitária necessários para o completo funcionamento de empresas.

Encaminhamentos:

1 – O Departamento de Vigilância Sanitária irá pautar na primeira reunião da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2013 o assunto REDESIM, com representantes do Comitê, no intuito de sensibilizar os gestores municipais para a adesão à Rede;

2 – O Departamento de Vigilância Sanitária irá pautar, na primeira reunião da Comissão Intergestores Bipartite de 2013 a proposta de criação de um grupo técnico para estabelecer uma Resolução Estadual definindo critérios para a liberação de licença sanitária e aprovação de projetos arquitetônicos, para estabelecimentos de interesse à saúde no Estado do Paraná, com o intuito de padronizar esses critérios no Estado, conforme previsto na Agenda Regulatória Estadual.

3 – O Departamento de Vigilância Sanitária enviará uma planilha simplificada com os ramos de atividade e os respectivos documentos autorizatórios de vigilância sanitária para o completo funcionamento de empresas.

mariolessa@seim.pr.gov.br, libertad@pr.gov.br, julioferreiraadm@gmail.com, aux-juridico@sescap-pr.gov.br, naraujo@smf.curitiba.pr.gov.br, akel@jucepar.pr.gov.br, crissete@pr-sebrae.com.br, mdoria@seim.pr.gov.br, jschvenger@pr-sebrae.com.br,